



SGD: 2024/23009/007537



OFÍCIO/SECAD/Nº 255/2024/GASEC

Palmas, 30 de janeiro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor

**AMELIO CAYRES**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

**NESTA.****Assunto: Resposta ao OFÍCIO Nº 1.354-P – Esclarecimento sobre Progressões de Servidores em Licença para Mandato Classista.**

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 1.354, de 1º de dezembro 2023, SGD 2023/23009/131549, oriundo dessa Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, que encaminha o Requerimento nº 1.790/2023, referente à apresentação do Anteprojeto de Lei de autoria do Deputado Winston Gomes, visando alterar parcialmente dispositivo contido no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - Lei Estadual nº 1.818/2007, que trata sobre a Licença para o Desempenho de Mandato Classista, esclarecemos o que se segue.

Conforme justificativa apresentada pelo Excelentíssimo Deputado Autor do Anteprojeto mencionado, há preocupação com as progressões dos servidores públicos em Licença para Mandato Classista quando o ônus é para o órgão classista.

Assim, para fins de esclarecimento, informamos que as evoluções funcionais dos servidores (progressões horizontal e vertical), não são regidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos, mas sim pelos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração, os quais determinam que o servidor em licença para exercício de mandato classista fica dispensado da realização da avaliação periódica de desempenho, sem qualquer prejuízo revertido a sua vida funcional.

Portanto, as concessões de mandato classista para servidores eleitos para as Diretorias Regionais, **mesmo quando remunerados pelas respectivas entidades sindicais**, também não apresentam qualquer viés

*Adriana B.*  
Adriana Barbosa de Sousa Rodrigues  
Assistente Parlamentar  
Júnior da Presidência  
Mat. 16156/2

05/02/24





prejudicial em relação às evoluções funcionais desses servidores, uma vez que tais progressões não estão condicionadas à natureza do ônus da licença, mas sim aos critérios estabelecidos nos planos de carreira.

Por fim, ressaltamos que a discussão sobre a alteração legislativa em questão está sendo analisada pelo setor competente, levando em consideração os possíveis impactos que o referido pleito poderia causar.

Atenciosamente,

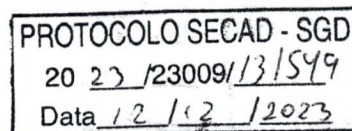
*Assinatura Eletrônica*

**PAULO CÉSAR BENFICA FILHO**  
Secretário de Estado da Administração





**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**



**OFÍCIO Nº 1.354 – P**

Palmas, 1º de dezembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
**PAULO CÉSAR BENFICA FILHO**  
Secretaria de Estado da Administração - Secad  
Praça dos Girassóis  
Nesta

**Assunto: Envio de Requerimentos**

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência o inteiro teor da proposição apresentada, de autoria do **Deputado Wiston Gomes**, relativa ao Requerimento nº 1.790/2023, que segue anexo, aprovado pelo Plenário desta Casa de Leis, em Sessão Ordinária do dia 21 de novembro de 2023.

Atenciosamente,

  
Deputado **AMÉLIO CAYRES**  
Presidente

**Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**  
Palácio João D'Abreu, Praça dos Girassóis s/n, Palmas-TO  
CEP 77.001-902 . Fone/fax 63 3212-5152







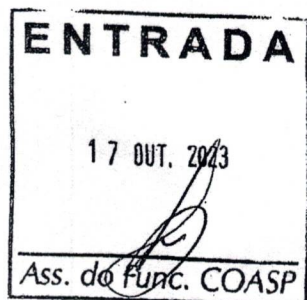
ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO TOCANTINS**

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_/2023

001790



*Requer o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado do Tocantins, com cópia à Secretaria da Administração – SECAD, para solicitar a apresentação do Anteprojeto de Lei em anexo que altera a Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins e dá outras providências.*

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer, após anuência do Plenário, que seja remetido o presente **REQUERIMENTO** ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Wanderlei Barbosa, com cópia à Secretaria da Administração – SECAD, para solicitar a apresentação do Anteprojeto de Lei em anexo que altera a Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins e dá outras providências.

#### **JUSTIFICATIVA**

Após uma atualização no ano de 2021, o artigo 104 da Lei nº 1.818/2007 passou a limitar o número de licenças para desempenho de mandato classista que seriam com ônus para o Estado. Essa limitação acaba restringindo o direito ao mandato, uma vez que a licença tirada com ônus para o órgão classista não contemplará as progressões e outros direitos referentes ao cargo/função. Assim, a modificação para que todas as licenças sejam com ônus para o Estado assegurará esse direito dos servidores.

Ante as razões expostas, entendendo a relevância deste requerimento, requeiro aos demais pares a colaboração para este pedido.

Sala das Sessões, data registrada no sistema.

**WISTON GOMES**  
Deputado Estadual

Palácio Deputado D'Abreu - 1º Andar, gabinete 23  
Plano Diretor Norte, Palmas-TO, 77.001-902

063 9 9217-6084 / 3212 5002 wiston.dias@al.to.br





**ANTEPROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2023.**

*Altera a Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins e dá outras providências.*

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta:

Art. 1º A Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 104. ....

§ 5º Revogado.

§ 6º .....

§ 7º .....

§ 8º Perante sindicatos e associações cuja regional conte com, no mínimo, quinhentos sindicalizados ou associados é admissível a esta unidade local, mediante eleição, contar com um servidor público licenciado para o respectivo mandato classista, com ônus para o Estado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, data registrada no sistema.

  
**WISTON GOMES**  
Deputado Estadual



EM BRANCO